LEDOR

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CARGO 3: ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA
ÁREA: PEDAGOGIA

Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

CONCURSO PÚBLICO
Aplicação: 2015

NÍVEL SUPERIOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados referentes ao cargo/área ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas/Texto Definitivo. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas**. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas/Texto Definitivo, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo/área ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas/Texto Definitivo, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A firmeza se distingue nos atos de justiça.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.

4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.

5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas/Texto Definitivo: marcações das respostas (provas objetivas) e transcrição do texto definitivo (prova discursiva).

6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas/Texto Definitivo e deixe o local de provas.

7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas/Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- 0(XX) 61 3448-0100;
- www.cespe.unb.br;
- sac@cespe.unb.br.

cespe

Cebraspe

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** ... seguida de **ASSERTIVA:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Educação prisional

No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio, profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena remido. Desde 2012, entre os projetos voltados à recuperação e à reinserção social, está a remição de pena por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir dessa seleção, eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa possibilidade, no entanto, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos presídios. Foram feitas 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas, o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os dez livros mais lidos e resenhados estavam **A Menina que Roubava Livros**, em primeiro lugar, e **O Pequeno Príncipe**, em décimo.

Na visão do coletivo de incentivo cultural **Perifatividade**, o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o mundo, além de ser um incentivo à educação.

Julgue os próximos itens, referentes às ideias do texto **Educação prisional**.

1 Qualquer detento no Brasil tem direito à educação prisional e, consequentemente, à remição de pena por meio da leitura.

2 O autor do texto defende a ideia de que a leitura possibilita a ampliação do universo do leitor e a percepção de novas dinâmicas de análise do mundo; por essa razão, o texto pode ser caracterizado como essencialmente argumentativo.

3 Os objetivos do projeto de remição de pena por meio da leitura são a recuperação e a reinserção social dos detentos bem como a diminuição do contingente dos presídios.

4 O projeto de remição de pena por meio da leitura começou a viger no Brasil em 2012.

5 A produção de trabalho intelectual possibilita aos detentos a diminuição da pena a ser cumprida.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos do texto **Educação prisional**, julgue os seguintes itens.

6 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o sinal indicativo de crase poderia ser eliminado em ambas as ocorrências no trecho "os projetos voltados à recuperação e à reinserção social".

7 No trecho "eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro", a correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso a expressão "de vinte e um a trinta" fosse substituída por **entre vinte e um a trinta**.

8 No trecho "eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena", a correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula logo após o termo "que" fosse eliminada.

9 No trecho "Essa possibilidade, no entanto, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima", a substituição da locução "no entanto" por **conquanto** manteria a relação estabelecida entre a última oração do segundo parágrafo e a que a antecede.

10 Na oração "Foram feitas 2.272 resenhas", a forma verbal "Foram feitas" concorda em gênero e número com o termo seguinte, "2.272 resenhas", que é o sujeito dessa oração.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais, julgue os itens que se seguem de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

11 A exposição de motivos e a mensagem diferem no que se refere à indicação do local e da data. Enquanto a exposição de motivos segue o padrão ofício em relação a esse aspecto, a mensagem não o segue, ao trazer a indicação do local e da data a 2 cm do final do seu texto.

12 O uso da variedade padrão da língua na redação dos expedientes oficiais tem por base um padrão oficial de linguagem, isto é, uma forma de linguagem comum na escrita de documentos oficiais e que se caracteriza pela seleção de determinadas expressões linguísticas e pela utilização de estruturas sintáticas tradicionais.

13 O aviso é um gênero de comunicação oficial cujo remetente é restrito, uma vez que é expedido apenas por ministros de Estado e tem como finalidade comunicativa o tratamento de questões oficiais pelos órgãos da administração pública entre si.

14 O registro dos despachos no corpo do memorando funciona como um histórico de todas as etapas por que passou a matéria tratada no documento.

15 Comunicações oficiais cujo remetente é o presidente da República caracterizam-se pelo emprego da forma **Respeitosamente** como fecho, pela ausência de assinatura e pela presença da identificação do signatário como forma de se evitarem equívocos.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema de justiça criminal.

16 Cabe à Secretaria Nacional de Segurança Pública apurar infrações penais cometidas contra a ordem política ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou outros delitos de repercussão interestadual.

17 O programa Sistema Único de Segurança Pública é gerenciado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e visa articular as ações federais, estaduais e municipais tanto na área de segurança pública quanto na de justiça criminal.

Com relação ao sistema prisional brasileiro, julgue os itens seguintes.

18 Parte significativa das pessoas presas para cumprimento de pena estão sob custódia nos distritos policiais, uma prática que ainda é legalmente permitida pela política do sistema prisional brasileiro devido à insuficiência de presídios para o acolhimento dessas pessoas.

19 Atualmente, o Brasil ainda se confronta com o desafio de superar alguns aspectos, ultrapassados, remanescentes do modelo penitenciário vigente à época de criação dos primeiros estabelecimentos prisionais do país.

No Brasil, o sistema de justiça criminal e prisional deve ser harmônico e integrar os poderes, de modo a apresentar processos ágeis, competências definidas e ser capaz de assegurar a ordem pública, ao executar e garantir a aplicação coativa das leis, cumprir os objetivos da execução penal e promover a paz social. O sistema de justiça criminal e prisional deve, ainda, zelar pelos recursos públicos, garantir a supremacia do interesse público e priorizar a vida, a saúde, o patrimônio e o bem-estar das pessoas.

Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

20 O crescente aumento da criminalidade está diretamente relacionado ao inchaço das grandes metrópoles, que se soma à situação econômica, à ausência de políticas públicas e sociais, bem como à impunidade que ainda vigora em grande parte dos crimes praticados atualmente.

21 Se uma mulher maior de setenta anos de idade for condenada por crime tipificado em lei, ela deverá ser recolhida em estabelecimento penal adequado a sua condição pessoal.

22 Atualmente, existem mais de 700 mil pessoas encarceradas no Brasil, entre as quais a maioria é de detentos em caráter provisório, ou seja, presos que não foram julgados e que muitas vezes cumprem integralmente a pena, antes mesmo de seu caso ser avaliado por um juiz.

23 O trabalho do condenado, que tem finalidade educativa e produtiva, é remunerado, não podendo o preso receber menos que três quartos do salário mínimo pelo trabalho, exceto quando estiver prestando serviços à comunidade.

24 Tanto a defensoria pública quanto o Ministério Público são órgãos consultivos e fiscalizadores da execução da pena, cabendo ao conselho penitenciário a execução administrativa das penas dos condenados.

A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. No âmbito do processo de constituição da política de segurança pública, são elaborados mecanismos e estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade que afetam o meio social. Entre eles, está a participação da sociedade, que, por meio de suas instituições representativas, torna-se crucial para o delineamento de qualquer política pública para a segurança.

A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla PRONASCI, sempre que utilizada, refere-se ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

25 A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública é uma ação governamental de política de segurança pública e cidadania cuja finalidade é fiscalizar o PRONASCI; para isso, ela conta com o apoio direto do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República.

26 As conferências nacionais de segurança pública, marco importante na Política Nacional de Segurança Pública, constituem projeto proposto pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e têm como objetivo o combate à criminalidade.

27 A formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial; e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência são os principais eixos do PRONASCI, programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça com vistas a prevenir, controlar e reprimir a criminalidade.

No que se refere a ética e moral, julgue os itens subsecutivos.

28 Uma equipe que pretende ver seus colaboradores adquirindo novos valores éticos deve considerar que a aprendizagem formal deve dar-se por meio das relações humanas e não apenas pela chamada "natureza humana" preexistente.

29 As decisões tomadas por um servidor com base no código de ética profissional do servidor público devem ser pautadas na legalidade, moralidade, conveniência e oportunidade, ao passo que aspectos subjetivos da personalidade dos indivíduos, como honestidade e desonestidade e o bem e o mal, não são passíveis de apreciação.

30 De acordo com o Decreto n.º 1.171/1994, a moralidade da administração pública fundamenta-se na distinção entre o bem e o mal e na ideia de que o fim é sempre o bem comum, devendo a conduta do servidor público ater-se à busca do equilíbrio entre legalidade e finalidade.

31 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: Bruno, servidor público federal, teve de cumprir suas atividades diárias após o horário do expediente devido ao fato de ter se prontificado, durante o dia, a auxiliar um colega de outro setor em uma atividade de caráter emergencial. **ASSERTIVA**: Nessa situação, Bruno agiu em consonância com a conduta ética que se espera do servidor público, já que, ao ter auxiliado o colega e ainda ter finalizado suas atividades diárias depois do expediente, ele fez mais do que sua função lhe exigia.

Julgue os próximos itens com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e na Lei de Improbidade Administrativa.

32 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que revelar informação sigilosa de que tenha ciência em função de suas atribuições.

33 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: Lucas, servidor público, por não ter conseguido finalizar o trabalho durante o expediente, levou para casa livros e documentos relacionados a um processo sigiloso que estava analisando. A fim de comunicar o fato a seu superior, Lucas escreveu-lhe um bilhete informando o ocorrido. **ASSERTIVA**: Nessa situação, Lucas poderá sofrer penalidade administrativa, ainda que sua intenção tenha sido a de terminar o trabalho em tempo hábil.

34 Entre os deveres fundamentais do servidor público inclui-se o uso de roupas que estejam condizentes com o desempenho de suas atividades funcionais.

35 Um servidor público que, após ser punido com advertência, integralizar três anos de efetivo exercício sem nova punição disciplinar será beneficiado com o cancelamento do registro de sua punição, e tal cancelamento terá efeito retroativo para fins de progressão na carreira.

Por suas características mais definidoras, a Constituição Federal de 1988 (CF) foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue os itens a seguir.

36 A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.

37 O direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é assegurado a todos os brasileiros, sem distinção, mas existem ressalvas quanto a essa garantia para os estrangeiros residentes no país.

38 Ninguém pode ser submetido a tortura ou a tratamento desumano ou degradante, salvo em situação de guerra externa ou em caso de traição nacional.

39 No Brasil, está garantida a liberdade do exercício de culto religioso, uma vez que é inviolável a liberdade de consciência e de crença.

Aprovada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um prolongamento da Carta da Organização das Nações Unidas, documento que assinala o surgimento da instituição após a ocorrência de duas guerras mundiais na primeira metade do século XX. Com referência à DUDH, julgue os itens subsequentes.

40 Além de significar a internacionalização dos direitos humanos, a DUDH é o primeiro documento de dimensão mundial a tratar de forma abrangente o tema dos direitos humanos, realçando a importância destes para a construção de um mundo de justiça e paz.

41 Logo em seu preâmbulo, a DUDH pressupõe a existência de relação direta entre paz e direitos humanos, de tal modo que a conquista da convivência pacífica fica inviabilizada se houver desrespeito a esses direitos.

42 A DUDH enfatiza o respeito aos direitos e liberdades de ordem pessoal, entre os quais estão o direito à dignidade da pessoa, a garantia de proteção igual perante a lei, a garantia contra o trabalho escravo, a tortura, as detenções e as penas arbitrárias, além do direito de recorrer ao Poder Judiciário contra abusos do poder.

43 A DUDH pode ser considerada o ato inaugural de uma nova concepção da vida internacional justamente por proclamar, para a comunidade das nações, a importância dos direitos humanos para a boa convivência coletiva.

Aprovado em 2009, o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) assenta-se nos seguintes eixos orientadores: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização dos direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; direito à memória e à verdade. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

44 Uma importante diretriz do PNDH-3 refere-se ao combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

45 Ao propor um eixo orientador centrado na relação entre desenvolvimento e direitos humanos, o PNDH-3 defende, entre outros objetivos, um modelo de desenvolvimento sustentável, assinalado pela inclusão social e econômica, tecnologicamente responsável e ambientalmente equilibrado.

46 Entre as diretrizes contidas no PNDH-3, estão a democratização e a modernização do sistema de segurança pública, o que requer transparência e efetiva participação da sociedade na abordagem do tema.

Considerando aspectos diversos tratados na Lei de Execução Penal (LEP), a exemplo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), dos conselhos penitenciários e dos conselhos da comunidade, entre outros, julgue os itens seguintes.

47 Ao CNPCP incumbe estabelecer os critérios para elaboração da estatística criminal, ao passo que ao Congresso Nacional compete elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.

48 Ao conselho penitenciário compete emitir parecer a respeito de indulto e comutação de pena na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.

49 A avaliação periódica do sistema criminal deve ser feita pelas secretarias estaduais de segurança pública, mediante delegação de competência do Ministério da Justiça.

50 Ainda que deva visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca, o conselho da comunidade está impedido de entrevistar presos.

Espaço livre

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que se refere à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), julgue os itens subsecutivos.

51 As fontes de recursos federais para o financiamento de programas e ações na rede de atenção à saúde da pessoa privada de liberdade, conforme previsão da PNAISP, são garantidas pelos Ministérios da Saúde e da Justiça por intermédio dos Fundos Nacionais de Saúde e de Segurança Pública, respectivamente.

52 Os beneficiários da PNAISP, no sistema prisional brasileiro, são os presos provisórios ou sentenciados, os internados em medida de segurança, os egressos e os adolescentes submetidos à medida socioeducativa de internação.

53 Entre os critérios para a qualificação de município à PNAISP incluem-se a adesão do estado a que pertença o município, a existência de população privada de liberdade em seu território, a formalização e assinatura do termo de adesão municipal e a elaboração de plano de ação municipal para atenção à saúde da pessoa privada de liberdade.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

54 Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.

55 Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.

56 Um preso, em cumprimento de pena de reclusão em regime fechado, recebeu a notícia do falecimento de seu filho e requereu permissão para comparecer ao enterro. Nessa situação, caso seja autorizada a saída do preso, caberá ao assistente social em atividade no estabelecimento prisional acompanhar pessoalmente o preso e apresentar, ao final, ao diretor do estabelecimento, relatório em que circunstancie o comportamento do preso no período em que este estiver fora.

57 Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

58 José foi condenado a dezoito anos de reclusão e recolhido a estabelecimento prisional. No curso da execução da pena, ele contraiu doença grave, e foi constatada a impossibilidade de o estabelecimento prisional prover-lhe a assistência médica necessária. Nessa situação, a assistência médica ao preso deverá ser custeada pela família do sentenciado em outro local, desde que haja a autorização expressa do juiz competente.

Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue os itens seguintes.

59 O trabalho remunerado é obrigatório ao preso e deve vincular-se a sua capacidade e aptidão, ressalvada essa obrigatoriedade para o segregado provisório, para quem o trabalho será facultativo e limitado ao interior do estabelecimento prisional em que se encontre recolhido.

60 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** João, em cumprimento de pena em regime fechado, ao executar serviço de limpeza dentro do estabelecimento prisional, acidentou-se gravemente, o que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita. **ASSERTIVA:** Nessa situação, e considerando-se o fato de que o trabalho interno é remunerado, João tem direito a indenização com base nas disposições legais trabalhistas.

61 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um preso, durante o cumprimento de pena privativa de liberdade, exercia atividade laboral no interior do estabelecimento penal e, também, tarefas de prestação de serviços à comunidade, em cumprimento a pena restritiva de direitos. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a remuneração do preso será referente apenas ao trabalho interno, não havendo direito a remuneração pela prestação do serviço comunitário.

Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue os itens que se seguem, acerca do instituto da remição.

62 Um preso em regime semiaberto que trabalhe, durante o dia, em jornada de seis horas diárias e estude, em horário noturno, pelo período de quatro horas terá direito, a cada três dias de exercício conjunto dessas atividades, ao abatimento de dois dias de pena.

63 A remição, pelo trabalho, na proporção de um dia de pena a cada três dias trabalhados, diz respeito a todos os regimes de execução da pena: o aberto, o fechado e o semiaberto.

64 O tempo remido deverá ser computado como pena cumprida, independentemente da natureza do crime cometido, o que beneficia também os apenados pela prática de crimes hediondos e crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

65 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um sentenciado, no decorrer da execução de sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto, foi punido por falta grave devidamente apurada em procedimento próprio. **ASSERTIVA:** Nessa situação, o preso perderá o direito ao tempo remido já computado, de modo que o novo período de cômputo começará a partir da data da infração disciplinar.

Com base no Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), julgue os seguintes itens.

66 Para a execução do PEESP, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com entes da administração pública, consórcios públicos ou entidades privadas.

67 Por determinação legal, o PEESP deverá contemplar a educação básica, na modalidade de educação de jovens e adultos; a educação profissional e tecnológica; e a educação superior.

68 Entre as diretrizes do PEESP está o estímulo à formulação de políticas de atendimento educacional às crianças que estejam em estabelecimento penal devido à prisão de suas mães.

69 O PEESP será elaborado pela União e executado pelos estados e pelo Distrito Federal, sendo obrigatória a adesão dos municípios a esse plano.

70 Os estados e o Distrito Federal deverão elaborar plano de ação como condição para que venham a obter apoio técnico da União, por meio dos Ministérios da Justiça e da Educação, sendo, contudo, vedada a transferência de recursos financeiros.

Julgue os itens que se seguem, relativos à assistência a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

71 O serviço de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei contará com a justiça criminal, no transporte sanitário e na escolta para atendimento; no acesso a informações referentes à pessoa a ser atendida; no acesso a unidades prisionais e estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico; e no cuidado adequado conforme os projetos terapêuticos singulares elaborados.

72 Constitui dever do grupo condutor estadual da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional a elaboração de estratégia estadual para a atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

De acordo com as diretrizes básicas para a atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, julgue os próximos itens.

73 A vigilância epidemiológica e a sanitária dos estabelecimentos penais são de competência da gestão estadual do sistema prisional e da direção dos estabelecimentos penais.

74 Os presos provisórios são equiparados aos presos definitivos no que diz respeito à aplicação das diretrizes básicas para a atenção integral à saúde.

Jonas ingressou no sistema prisional após ter sido condenado em processo criminal. No momento do ingresso, ele afirmou ter sofrido agressões físicas do policial responsável por sua escolta, e, em seguida, foi acomodado em cela separada. Após um mês de prisão, realizou-se a primeira avaliação médica de Jonas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir com base nas diretrizes básicas para a atenção integral à saúde de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.

75 De acordo com a legislação em vigor, a primeira avaliação de saúde de Jonas foi realizada no prazo correto.

76 A alegação de Jonas, de ter sofrido agressão física, deverá ser registrada em seu prontuário clínico.

77 A acomodação de Jonas, em cela separada foi um procedimento correto, uma vez que o preso ainda não havia recebido atendimento médico.

Com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e nas diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, julgue os itens subsequentes.

78 O planejamento das ações de educação nas prisões poderá contemplar atividades de educação formal, educação não formal e educação profissional, sendo vedada a modalidade de educação a distância.

79 O preso com perfil e formação adequados poderá atuar como monitor no processo educativo dos estabelecimentos penais, desde que de forma voluntária e sem remuneração.

80 Os agentes penitenciários devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e da relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais, bem como da dimensão educativa do trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente.

81 O PNE visa aumentar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio ofertado pela rede pública de ensino.

82 A erradicação do analfabetismo é uma das diretrizes do atual PNE, que foi aprovado no ano de 2014 e tem vigência até 2024.

83 Uma das metas do PNE é universalizar o atendimento às crianças com deficiência, preferencialmente em escolas especializadas das redes públicas de ensino.

Julgue os próximos itens, relativos à educação a distância (EaD).

84 Os diplomas e certificados de cursos realizados a distância deverão ser validados em instituições que ofereçam os mesmos cursos presencialmente a fim de serem reconhecidos em todo o território nacional.

85 As universidades são autônomas na oferta de cursos de graduação e, por essa razão, não necessitam de autorização específica para ofertar esses cursos na modalidade a distância.

86 Em função de suas peculiaridades, a EaD pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: educação básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior.

Tendo em vista que, antes, o supervisor tinha uma função completamente técnica e burocrática e, hoje, sua atividade está voltada fundamentalmente ao trabalho docente, julgue os itens seguintes, acerca da supervisão educacional.

87 O supervisor é um mediador entre o trabalho docente e as ações pedagógicas da instituição educacional.

88 A supervisão escolar é uma ação pedagógica que demanda conhecimentos específicos da área.

89 O principal papel do supervisor na educação contemporânea é inspecionar as ações educacionais.

Tendo em vista que a ação educativa compreendida como atividade crítico-reflexiva contradiz a visão reprodutora da sociedade, julgue os itens que se seguem, relativos ao projeto político pedagógico (PPP).

90 A gestão escolar requer planejamento e, por este motivo, o PPP representa um modelo burocrático de exercício da gestão.

91 O PPP deve ser compreendido mais como um princípio educativo do que como um instrumento de mudanças das práticas pedagógicas.

92 Por ser fruto de um processo longo, o PPP é um documento que dispensa o estabelecimento de tarefas e prazos como forma de acompanhamento e avaliação.

93 A organização do ambiente educativo requer a participação de pessoas que possuam visões diferenciadas sobre a atuação educacional, uma vez que a divergência de ideias estimula a produção de conhecimento por meio de pesquisas.

Considerando que, para se desenvolver um trabalho em grupo, é necessária a participação de um animador ou coordenador com intencionalidade na interação mútua e na ação coletiva, julgue os itens subsecutivos.

94 Um dos pontos essenciais para o sucesso do trabalho em grupo é a criação de ambientes de confiança, nos quais as relações interpessoais sejam estabelecidas de modo a facilitar a comunicação.

95 A produtividade do trabalho em grupo é influenciada pela atmosfera grupal, ou seja, se esta for favorável, haverá grandes chances de se alcançar bons resultados no trabalho desempenhado.

96 As técnicas grupais são um conjunto de procedimentos que favorecem e estimulam a ação de grupos, promovendo a coesão, a interatividade e a produtividade do grupo, ao passo que as dinâmicas de grupo são elaborações teóricas acerca dos comportamentos que desenvolvem e regulam determinados grupos.

Julgue os itens a seguir, relativos à ligação intrínseca entre a avaliação e a organização do trabalho pedagógico.

97 A avaliação formativa é processual, contínua, cumulativa, abrangente e interdisciplinar, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

98 Na perspectiva da avaliação formativa, o espaço escolar é transformado em um ambiente de desafios e de construção do conhecimento.

99 A construção do conhecimento é um processo individual que é mensurado por meio de uma avaliação somatória.

Tendo em vista que, de modo geral, educador competente é aquele que está comprometido com a construção de uma sociedade justa e democrática, julgue o próximo item.

100 O exercício da democracia se inicia no espaço da sala de aula, em que são possíveis os confrontos de ideias.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento e seus elementos constitutivos, e ao processo de ensino e aprendizagem.

101 Na elaboração do planejamento de ensino, o docente deve delinear os objetivos a serem alcançados por ele, de modo a cumprir um requisito formal e burocrático estabelecido no programa da disciplina e no programa institucional.

102 Determinados conteúdos a serem trabalhados em cada ano escolar podem ser selecionados com base em critérios como o contexto social, a capacidade cognitiva dos alunos e as determinações das secretarias de educação.

103 A prática educativa requer organização prévia por meio do planejamento das ações didáticas e pedagógicas da escola. Uma vez estabelecido, esse planejamento educacional não pode ser mudado, pois constitui um documento formal.

104 O planejamento da ação docente deve ser articulado com o planejamento escolar e institucional.

105 Objetivos, conteúdos, tendência pedagógica e metodologia são elementos constituintes do plano de ensino.

No que diz respeito a métodos, técnicas e novas tecnologias aplicadas à educação, julgue os próximos itens.

106 As aulas em ambientes virtuais de aprendizagem apresentam como limitação a impossibilidade de se criar ambientes de colaboração, de cooperação e de relações de afeto, uma vez que a Internet estabelece um distanciamento físico entre as pessoas.

107 Para atender às novas tecnologias, a tendência pedagógica mais indicada é a tecnicista, que leva o aluno a desenvolver mais agilidade e reflexão no aprendizado.

108 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: Após propor para sua turma a leitura de uma notícia de jornal acerca da maioridade penal, um professor pediu aos alunos que identificassem questões emblemáticas e hipóteses a partir dessa notícia e elaborassem algumas sugestões de solução para os problemas propostos, bem como se posicionassem criticamente a respeito do tema. **ASSERTIVA**: Nessa situação, pode-se afirmar que o professor está utilizando a abordagem da tendência pedagógica liberal renovadora progressiva.

109 O professor está sendo substituído pelas novas tecnologias, visto que nos últimos anos seu papel perdeu significado diante da incorporação das tecnologias digitais que permitem a presença virtual do aluno na busca do conhecimento.

No que se refere às concepções de avaliação, julgue os itens que se seguem.

110 Ações disciplinares para que se mantenha a ordem em sala de aula e na escola, bem como a avaliação de valores e atitudes, são práticas de avaliação qualitativa e estão respaldadas em lei.

111 A avaliação é uma atividade formal que deve ser aplicada apenas após a finalização do processo de ensino e aprendizagem.

Julgue os itens seguintes, relativos à interdisciplinaridade e ao currículo.

112 A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador aplicado a um objeto de conhecimento, um projeto de investigação ou um plano de intervenção, e deve partir da necessidade percebida na escola pelos professores e alunos.

113 A meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) coloca em discussão a base nacional comum dos currículos, o que poderá provocar muitas mudanças no currículo escolar.

114 Em resposta às reivindicações de uma educação mais sintonizada com as grandes questões de ordem social, política e econômica, que não poderiam ser abordadas por uma única disciplina ou área do saber, surgiu na década de 60 do século passado a interdisciplinaridade.

No que se refere às bases psicológicas da aprendizagem, da relação professor e aluno, bem como da educação de adultos, julgue os itens a seguir.

115 Ao reconhecer diferenças entre professores e alunos, Paulo Freire considera o professor como detentor do conhecimento e o centro do processo de ensino e aprendizagem.

116 A concepção de que o ser humano nasce pré-determinado biologicamente, que o ambiente tem pouca influência no seu desenvolvimento e que, devido a esses aspectos, a educação exerce um papel limitado, são princípios da concepção inatista de desenvolvimento.

117 O educador Paulo Freire afirma, a respeito da educação de adultos, que a promoção da cultura e do diálogo dos aprendizes é a base do processo de aprendizagem.

118 Os termos professor/estudante e estudantes/professores, formulados por Paulo Freire, significam que todos, no processo de ensino e de aprendizagem, tornam-se sujeitos cognitivos.

Acerca da pedagogia de projetos, julgue os itens subsecutivos.

119 As bases para a pedagogia de projetos estão fundamentadas nos seguintes princípios: vivência do aluno, aprender a aprender, resolução de problemas e vivências diárias de democracia.

120 Trabalhar com projetos nas instituições educacionais é uma forma de colocar em prática a interdisciplinaridade sem que isso provoque, contudo, uma perda da especificidade das disciplinas.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o verso da **FOLHA DE RESPOSTAS/TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **80,00 pontos**, dos quais até **4,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

No passado, ligar a Zona Norte à Zona Sul do Rio de Janeiro simbolizava a esperança de aproximar a cidade partida. Hoje, crimes absurdos unem as zonas da cidade em abraços inconsoláveis. A cada dez minutos, uma pessoa é vítima de homicídio no Brasil. O discurso oficial de que segurança pública não pode ser só polícia faz sentido. A conhecida carência de políticas sociais tem parcela imensa de importância nesse quadro. Segurança não é só polícia, mas é polícia também.

Paula Cesarino Costa. **Contágio da indiferença**. *In*: **Folha de S.Paulo**, 21/5/2015, p. A2 (com adaptações).

Dois fatos trágicos que chocaram o Rio de Janeiro recentemente — a morte de dois jovens em um morro, depois de uma operação policial, e a de um ciclista na Zona Sul da cidade — têm uma causa semelhante, que é a incapacidade do poder público de lidar com os jovens pobres, mas a repercussão deles é bastante diversa, sem que se faça a necessária reflexão sobre isso. Para muitos, trata-se de um problema exclusivo de segurança pública. Para outros, esse é um problema ainda maior e muito mais complexo.

André Luís Machado de Castro. **Menos presídios e mais escolas**. *In*: **O Globo**, 22/5/2015, p. 9 (com adaptações).

Aos dezesseis anos, os jovens podem votar, isto é, escolhem os nossos representantes nas câmaras e assembleias e nos cargos executivos. Emancipados, podem realizar todos os atos da vida civil, inclusive contrair matrimônio. A verdade é que os jovens de dezesseis anos de idade têm, de regra, capacidade de entender a conduta criminosa.

Carlos Velloso. **Jovem de 16 anos é capaz de entender conduta criminosa**. *In*: **O Globo**, 22/5/2015, p. 9 (com adaptações).

Em vinte e cinco anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado foi o que mais infringiu a lei. Não implementou as medidas previstas no estatuto, que têm o intuito de transformar o adolescente em cidadão do bem. Com raríssimas exceções, os estabelecimentos destinados à ressocialização dos infratores são calabouços revestidos de violência e desrespeito aos direitos fundamentais dos jovens. O sistema educacional é ruim. A saúde pública é vergonhosa. Nas regiões de baixa renda, os jovens são encarados como mão de obra fácil e barata na luta diária pela sobrevivência. Na periferia urbana, eles são as principais vítimas da violência que todos querem combater.

Correio Braziliense. Editorial: **O fiasco da punição a jovens infratores**. 23/5/2015, p. 12 (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

SEGURANÇA PÚBLICA: DEVER DO ESTADO, DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- Dê exemplos de políticas públicas para reduzir a violência e a insegurança. [**valor: 25,00 pontos**]
- Discorra a respeito do debate atual sobre reduzir ou não a maioridade penal. [**valor: 25,50 pontos**]
- Comente a respeito do sistema prisional brasileiro e da reincidência criminal. [**valor: 25,50 pontos**]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	